

---

## EDITORIAL

Nos dias que correm, existe um certo consenso sobre algumas considerações, repetidas sobretudo pelos políticos e fazedores de opinião acerca do papel da Investigação (I&D) na sociedade.

Efectivamente, todos nós concordamos:

- Que a investigação, a procura do conhecimento, o desenvolvimento e a inovação são essenciais ao crescimento económico e social de um País;
- Que os investigadores e as instituições de investigação devem, cooperativamente com o grupo empresarial, definir e delimitar formas estratégicas cada vez mais estreitas de cooperação;
- Que é essencial cada vez mais, atrair jovens para a área das tecnologias e que o número ainda muito reduzido de doutorados, em especial nas escolas públicas e nas empresas, justifica um esforço de crescimento profundo e determinado nesta direcção.

Mas, para quem se preocupa com este tema, a pergunta que surge é: Como fazer?

Como conseguir que estas afirmações passem de um conjunto de “generalidades e banalidades” a compromissos claros de proficiência para com o desenvolvimento?

Falamos do desenvolvimento de uma cultura científica que, apesar de tudo, é profundamente estranha ao País.

Considere-se o reduzido número de licenciados na força de trabalho e o elevado abandono do ensino Secundário para perceber onde se encontram as preocupações da generalidade da nossa população. As perspectivas de desemprego vão aumentar nos próximos tempos, vida difícil está para chegar.

Mesmo no nosso burgo académico, seja-me permitida a generalização, onde parte da nossa inteligência se agrupa, esta “estranheza cultural” é também factual e real. Atente-se na resistência oferecida pela conservadora Academia ao processo de Bolonha como recente ilustração. Felizmente parece-nos que foi ultrapassada.

Sendo certo que, no nosso País, um importante historial de I&D reside nas universidades públicas, e que nas definições de políticas e estratégias de desenvolvimento os seus académicos são sistematicamente implicados, nas mais diversas áreas, logo se percebe porque tudo continua sem mudar.

E apesar das nossas crescentes dificuldades, nada se faz para tratar as “raízes do problema”:

- Não existem programas de fomento/atracção científica tão cedo quanto o 1.º ciclo de formação;

- Não existem políticas de Empreendedorismo nas escolas de forma profficua e continuada;
- As Universidades (e aqui as públicas são, por motivos históricos, as únicas relevantes) não se renovam, não têm plano estratégico que não seja o da gestão corrente de tesouraria, sem preocupações de promoção das actividades de I&D ou até da qualidade do ensino e, apesar dos seus enormes orçamentos de funcionamento, continuam a ser geridas por conselhos amadores;
- Os Institutos públicos (de I&D) são dissolvidos com a mesma coerência com que foram criados, através de sistemas de avaliação – responsabilização pouco transparentes, que o próprio estado não questiona;
- Os programas que visam a promoção do acesso das empresas a I&D são, por muitas razões, inoperantes;
- O apoio (do estado através da FCT) à I&D está longe de corresponder à procura, e às necessidades do País, bastando apreciar o número (absurdo) de projectos recusados em cada concurso.

Que potencial científico poderá então servir de base ao desenvolvimento que todos esperamos? E qual o papel, neste contexto, das Universidades estatais e privadas?

Grandes mudanças exigem grandes rupturas. Como essas não se antevêm, não se esperem grandes modificações do “estado da arte”, sobretudo nas Universidades.

E as Universidades privadas que, apesar de sempre relegadas pelo poder político para um plano secundário, têm sido uma verdadeira “pedrada no charco” no sistema educativo, podem apenas questionar o actual status e, nalguns casos, tentar fazer personalizado/diferente. Mesmo que o acervo científico, tecnológico e humano das instituições públicas seja incomensuravelmente maior.

Por outro lado, o pouco que instituições como a Fundação Técnica e Científica do Desporto têm, pode e deve ser maximizado e utilizado na perspectiva dos resultados, com permanente avaliação dos processos.

E neste quadro, os privados, podem continuar a contribuir seriamente para o fomento da I&D não só pelos exemplos que fornecem, como pelos resultados que conseguem. Desde que à sua dimensão e, obviamente, não caíndo na tentação de querer replicar os modelos públicos de organização e funcionamento cuja proficiência está bem demonstrada.

Pensar e ser diferente pela positiva tem que ser o ónus do caminho que nos rege para o futuro.

*Ruben Gonçalves Pereira*